

Legislação e bibliografia para realização Prova de Conhecimentos

Referência B - Procedimento Concursal Comum para 1 Engenheiro Civil ou Arquiteto

Legislação geral:

- [Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual – Regime Jurídico das Autarquias Locais;](#)
- [Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;](#)
- [Código Procedimento Administrativo - Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, na sua atual redação;](#)

Legislação Específica:

- [Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual - Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial \(RJIGT\);](#)
- [Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, na sua redação atual – Aprova a 1.ª revisão ao Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território \(PNPOT\);](#)
- [Decreto-Lei 10/2015, de 16 de dezembro, que aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo, na sua atual redação;](#)
- [Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação \(RJUE\);](#)
- [Portaria n.º71-A/2024, de 27 de fevereiro – Identifica os elementos instrutórios dos procedimentos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e da edificação e revoga a Portaria n.º113/2015, de 22 de abril;](#)
- [Portaria n.º71-B/2024, de 27 de fevereiro – Aprova os modelos de utilização obrigatória de licença, de resposta à comunicação prévia, dos atos a praticar pelos técnicos e dos modelos de avisos de publicitação de operações urbanísticas, nos termos do Regim](#)
- [Portaria n.º71-C/2024, de 27 de fevereiro – Procede à primeira alteração da Portaria n.º 1268/2008, de 6 de novembro, que define o modelo e requisitos do livro de obra e fixa as características do livro de obra eletrónico;](#)

- [Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38382, de 7 de agosto de 1951, na sua atual redação;](#)
- [Normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada - Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, na sua atual redação;](#)
- [Decreto-Lei n.º267/2002, de 26 de novembro, na sua atual redação - Estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastec](#)
- [Portaria n.º1188/03, de 10 de outubro, alterada pela Portaria n.º1515/07, de 30 de novembro - Regula os pedidos de licenciamento de combustíveis;](#)
- [Decreto-lei n.º97/2017, de 10 de agosto, na sua atual redação - Estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios;](#)
- [Sistema da Indústria Responsável \(SIR\) - Decreto-Lei n.º169/12, de 1 de agosto, na sua redação atual;](#)
- [Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios \(SCIE\) - Decreto-Lei n.º 220/08, de 12 de novembro e respetiva Portaria n.º1532/08, de 29 de dezembro, ambos na sua atual redação;](#)
- [Acesso e Exercício no Licenciamento Zero - Decreto-Lei n.º48/11, de 1/04 e Portaria n.º131/11, de 4/04, na redação mais atualizada à data de abertura do procedimento;](#)
- [Sistema de Certificação Energética dos Edifícios – Decreto-Lei n.º101-D/2020, de 7 de dezembro na sua redação atual;](#)
- [Regime Jurídico da Instalação, Exploração e Funcionamento dos Empreendimentos Turísticos - Decreto-Lei n.º39/2008, de 7 de março, na sua redação atual;](#)
- [Decreto-Lei n.º166/2008, de 22 de agosto, na sua redação atual – Regime jurídico da reserva ecológica nacional \(RJREN\);](#)
- [Portaria n.º419/2012, de 20 de dezembro, na sua redação atual – Define as situações de usos ou ações consideradas compatíveis com os objetivos de proteção hidrológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em Reserva E](#)
- [Decreto-Lei n.º73/2009, de 31 de março, na sua redação atual – Regime jurídico da reserva agrícola nacional \(RJRN\);](#)
- [Portaria n.º162/2011, de 18 de abril, na sua redação atual – Define os limites e condições para a viabilização das utilizações não agrícolas de áreas integradas na Reserva Agrícola Nacional;](#)
- [Decreto-Lei n.º142/2008, de 24 de agosto, na sua redação atual – Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade;](#)
- [Decreto-lei n.º95/2019, de 18 de julho, na sua atual redação – Estabelece o regime aplicável à reabilitação de edifícios ou frações autónomas;](#)

- [Portaria n.º301/2019, de 12 de setembro - Define o método de projeto para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada em edifícios habitacionais existentes;](#)
- [Portaria n.º302/2019, de 12 de setembro - Define os termos em que obras de ampliação, alteração ou reconstrução estão sujeitas à elaboração de relatório de avaliação de vulnerabilidade sísmica, bem como as situações em que é exigível a elaboração de proje](#)
- [Portaria n.º303/2019, de 12 de setembro - Fixa os custos-padrão, definidos por tecnologia, sistema, ou elemento construtivo que permitem quantificar o custo das intervenções para operações de reabilitação;](#)
- [Portaria n.º304/2019, de 12 de setembro - Define os requisitos funcionais da habitação e da edificação em conjunto, aplicáveis às operações de reabilitação em edifícios ou frações com licença de construção emitida até 1 de janeiro de 1977, sempre que estes se destinem a ser total ou predominantemente afetos ao uso habitacional;](#)
- [Portaria n.º305/2019, de 12 de setembro - Fixa as normas técnicas dos requisitos acústicos em edifícios habitacionais existentes;](#)

[Despacho Normativo 21/2019, de 17 de setembro - Aprova as condições para a utilização dos Eurocódigos Estruturais nos projetos de estruturas de edifícios.](#)